

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

## **É PRECISO DAR NOME: REFLEXÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DO INTELLECTUAL NO BRASIL A PARTIR DE VIRGÍNIA LEONE BICUDO**

*Carla Carolina Dias de Oliveira<sup>1</sup>*

*Universidade Estadual de Campinas (PPGS – IFCH)*

*carlac.diasoliveira@gmail.com*

Há um certo tempo, construí de modo particular a ideia de memória como algo pertencente ao mundo das ideias que se reproduz no mundo físico das mais variadas formas, seja na concretude em forma de edifícios, nomes de ruas, quadros, fotografias e até mesmo nas relações sociais propriamente ditas, na linguagem e em outras formas imateriais, como práticas cotidianas. O problema dessa construção começou a surgir ao compreender a memória como formadora da consciência individual, que ao mesmo tempo ritualiza a experiência de mundo e cria vínculos com a consciência coletiva, essa que está ligada diretamente com a coerção e manutenção de práticas e tradições. Nesse sentido, a memória, em termos gerais, pode ser compreendida como uma capacidade humana, assim como o esquecimento que denota tanto a habilidade quanto uma necessidade de fato, ou seja, memória e esquecimento estão alinhados. Por ser fruto da consciência humana, lidar com memória também significa lidar com a subjetividade dos sujeitos, bem como o poder de escolha de cada indivíduo. Assim, a memória se aplica como um recurso volátil de existência da humanidade (HALBWACHS, 2004 [1925] p.324).

Inconstante e mutável, em especial por depender de cada sujeito para construir algo que pertence ao todo, cria um fluxo de sentido individual-coletivo, mas ao mesmo tempo que depende de um grupo específico e em posição de poder para que seja legitimada e tenha sentido e significado atribuídos. Maurice Halbwachs (2004 [1925]) defende que a memória coletiva, tal qual a família, os costumes, a tradição, possui um caráter coercitivo, é um fato social, uma vez que é fruto da sociedade, que por sua vez é coativa. Dessa forma, a memória coletiva como fato social é apropriada como objeto,

---

<sup>1</sup> Graduada em História. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (IFCH-UNICAMP), na linha de Teoria e Pensamento Social, sob orientação da Profa. Dra. Mariana Miggiolaro Chaguri.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

não adquirindo apenas caráter na imaterialidade, mas reproduz sua concretude com símbolos, narrativas.

Seguindo na linha de que a memória coletiva é uma questão arbitrária e de escolha, uma vez que é aplicada como um vínculo que marca e que também explicita o pertencer ao espaço delimitado da lembrança, compreende-se por sua vez que ao optar por não fazer parte do espaço de memorização geral é também estar sujeito a punição que se reproduz como esquecimento pautado e ancorado na moralidade, mesmo que a escolha do não pertencimento não parta do sujeito, mesmo porquê entende-se que a identidade coletiva precisa existir para que as ações coletivas existam. Dito isso, algumas perguntas surgem: quem tem permissão para ter a concretude da memória? Quais são os limites entre escolher participar e ser banido por terceiros de pertencer ao espaço coletivo?

Coloco os questionamentos acima considerando especialmente refletindo sobre a construção dos intelectuais “Clássicos” das áreas de estudo e relacionando a minha pesquisa sobre Virgínia Leone Bicudo, socióloga negra brasileira das décadas de 1940-1950. Bicudo não se tornou cânone dentro do espaço acadêmico das Ciências Sociais e foi posicionada no espaço do esquecimento durante anos mesmo produzindo pesquisas pioneiras durante seus anos de ofício como pesquisadora da área de Sociologia e não somente a referida pesquisadora, mas suas pesquisas e os sujeitos que faziam parte também. A intelectual não estava fora de seu tempo, mas o seu não pertencimento temporal foi escolhido por sujeitos construtores da memória social das Ciências Sociais e que representa muito ao grupo de mulheres negras intelectuais. A memória construída acerca da figura de Virgínia é a expressão de relações sociais oriundas da memória social.

Um dos caminhos é pensar como a memória coletiva constrói os vínculos sociais, ideia que se apoia também na nomeação dos indivíduos que selecionam assim como entender por qual motivo fazem a escolha. Considerando o passado como um objeto passível de reconstrução permanentemente e um belo exemplo de disputa de poder, os usos atribuídos ao passado também são voláteis (POLLACK, 1989, p.34). Se o passado pode ser reconstituído, isso significa também que ele pode ser reorganizado e classificado novamente, passando por uma nova atribuição de sentidos, por um processo

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

de nomeação. Para resolver esse impasse, uma saída é estabelecer as diferenças entre reconhecer e localizar. O primeiro passa pelo reconhecimento e constatação de que algo ocorreu e o segundo localiza, seja temporal ou espacialmente, com precisão, estabelecendo assim a relação entre localização e pertencimento e dos marcos de memória como um acordo coletivo.

### **O ato de escolher um passado: breve histórico de Virgínia Leone Bicudo**

Virgínia Leone Bicudo foi socióloga, psicanalista e psicologista e sempre atuou próxima a espaços educacionais. Iniciou sua trajetória escolar na cidade de São Paulo em 1921, na Escola Complementar Anexa do Grupo Escolar do Braz, passando posteriormente para o Ginásio do Estado ainda na década de 1920 e, por fim, estudou Magistério na Escola Normal Caetano de Campos<sup>2</sup>, onde formou-se em 1930 e teve acesso ao ensino proporcionado aos grupos mais elitizados da cidade de São Paulo durante o período. Esse fato é passível de atribuição simbólica, já que o ingresso de Virgínia, como estudante negra, na referida instituição de ensino considerada espaço de educação da elite branca paulistana, representa a ascensão social em certa medida da família Bicudo.

Em 1932, conclui o Curso de Educadores Sanitários do Instituto de Higiene de São Paulo, e inicia sua carreira na área de Saúde Mental como educadora sanitária, profissão no momento não somente ligada à conscientização da população sobre rotinas de higiene com o fim de prevenir doenças epidêmicas, mas também relacionada em um primeiro momento à patologização da população negra e, posteriormente, à higiene mental. da sociedade.

Bicudo acompanha um lento processo de redefinição dos papéis sociais femininos e da população negra nos espaços em processo de urbanização e industrialização da cidade de São Paulo, assim como a consequente mudança dos lugares até então “masculinos” e “brancos”, com restrições a partir da maior circulação de profissionais femininas, mas ainda ocupando um espaço de cuidado destinado a mulheres no mundo profissional, em especial mulheres negras.

---

<sup>2</sup> Foi sede da primeira escola normal paulista em 1894, sendo símbolo de educação de qualidade, de vanguarda de ensino e frequentada principalmente pela elite da época.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Em 1936, movida por tentar compreender o preconceito de cor que sofria, conforme apontado por Gomes (2013 apud BICUDO, 1994), ingressa no curso superior em Ciências Políticas e Sociais e se forma em 1938 na Escola Livre de Sociologia e Política: na turma que possuía 10 alunos, Bicudo era a única mulher a conquistar o bacharelado. O ingresso também pode ser visto como produto do momento em que Bicudo vivia: institucionalização das Ciências Sociais no Brasil e o desenvolvimento das primeiras pesquisas da área (Bahia e Recife) que propunham soluções para lidar com problemas sociais.

Para tanto, se faz importante compreender o espaço da Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo durante as décadas de 1930 e 1940, ou seja, o período de sua fundação em 1933, o qual Bicudo estava ambientada, assim como o seu significado em um momento de pesquisas já em andamento em Sociologia em outras regiões do país. A existência da ELSP representa para o Brasil durante a década de 1930 a sistematização da formação de sociólogos assim como a institucionalização da pesquisa aplicada ligada à ciência e ao profissional, ou seja, a associação entre o papel do pesquisador e do docente. (DEL VECCHIO, 2009, p. 13)

A vinda de Donald Pierson à convite de Samuel Lowrie em 1939 para o Brasil para compor o corpo docente da ELSP acaba marcando uma nova geração de pesquisas desenvolvidas pela instituição, além de uma notável pluralidade temática, conforme apontado por Del Vecchio. Durante esse período passaram pela ELSP outras estudantes mulheres que se formaram em Ciências Sociais e Políticas, como Lucila Hermann e Aparecida Joly Gouveia, que assim como Bicudo produziram pesquisas inéditas e foram pioneiras em suas respectivas áreas e, posteriormente, preteridas na memória das Ciências Sociais.

Virgínia Leone Bicudo realiza sua pesquisa sobre a discriminação sofrida por negros e mulatos<sup>3</sup> e escreve sua dissertação entre 1941-1944. Em 1945, Virgínia defende sua dissertação<sup>4</sup> de mestrado intitulada *Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo*, desenvolvida sob orientação de Donald Pierson. As fontes selecionadas para o trabalho de Bicudo foram a documentação da Frente Negra Brasileira (1931-1937), entrevistas tanto de sujeitos pertencentes às camadas médias quanto às camadas

---

<sup>3</sup> Foi optado por utilizar esta terminologia, diferente da autora.

<sup>4</sup> No período era utilizada a terminologia “tese” para o mestrado. Nesse texto optei para a atualização.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

populares e recortes do jornal *Voz da Raça*. O trabalho desempenhado por Bicudo durante sua pesquisa e o processo de coleta de depoimentos faz parte da construção da memória coletiva da população negra, até então não consultada em estudos.

Durante sua participação no projeto Unesco-Anhembi com Roger Bastide e Florestan Fernandes com um relatório sobre *Atitudes dos Alunos dos Grupos Escolares em relação com a Côr dos seus Colegas*. Dando continuidade à sua dissertação, Bicudo propõe um trabalho de relatório cujo objetivo era observar os mecanismos de defesa psíquicos em crianças e adolescentes ao sofrerem preconceito de cor. Ou seja, Virgínia une seu campo de trabalho como sanitarista escolar ao seu trabalho como acadêmica intelectual, realizando a união entre o empírico, o subjetivo e o teórico e de compreensão de si como sujeito social. Ela levanta a hipótese durante a pesquisa de que, por muitas vezes, o preconceito era sendo camuflado e escondido e, ao entrevistar familiares, a política de branqueamento era colocada por muitos entrevistados como “solução” para a sociedade brasileira por meio do casamento, na busca maior aceitação e reconhecimento social, algo que já havia suscitado em suas pesquisas anteriores

Contudo, sua pesquisa acaba sendo tida apenas como apêndice em *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo* de Roger Bastide e Florestan Fernandes na edição de 1955. Comparando o índice da edição da 2ª edição publicada em 1959, Bicudo é totalmente omitida do trabalho e a autoria é creditada somente a Bastide e Florestan, assim como toda a elaboração do compêndio<sup>5</sup>. É interessante pensar que o documento original do relatório produzido por Bicudo não foi encontrado. Tem-se aqui lacunas da memória material e da memória social.

### **O ato de nomear e atribuir sentido: Virgínia Leone Bicudo e a memória social acadêmica**

A saída que encontramos para driblar as memórias impostas perpassam o ato de dar nome, de atribuir novos sentidos e significados, uma vez que as coisas passam a existir quando são nomeadas. Falar sobre Bicudo não é simplesmente falar ao vento,

---

<sup>5</sup> Destaco aqui que não foi apenas o trabalho de Virgínia Leone Bicudo que foi retirado, mas o de Oracy Nogueira e Aniela Meyer Ginsberg também foram ocultados.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

mas resgatar uma memória oculta representativa de um grupo social, por mais que a lógica do poder seja totalizante e produtora de silêncios. Também é falar sobre produções e criações de categorias que podem ser mais representativas, mesmo que o ato de dar nomes perpassa por uma lógica dominante. É preciso falar sobre Virgínia Bicudo para que passe a fazer parte da Ciências Sociais e da memória a que pertence, para que não eclipsar sujeitos e organizações estudados por ela, ou ainda como coloca Gomes (2013), para que essa memória não fique pedida na tradição que coletiviza a memória de sujeitos subalternizados.

Se tratando do processo de compreensão do passado, tanto a elaboração quanto o processo de ressignificação e atribuição de novos sentidos a conceitos já existentes são inevitáveis. Metaforicamente falando, é como construir um tapete colorido de crochê: no início cria-se uma expectativa em relação ao formato, conforme vai sendo construído, tanto com linhas novas quanto com linhas antigas, adquire uma nova configuração e, por fim, atinge um novo modelo, completamente singular e contextual. Olhando para o produto do trabalho, parece fácil, mas o processo exige dedicação e serenidade para desfazer e refazer partes que faltaram ou sobraram pontos e assim acertar a receita do significado da peça. É dessa maneira que segue o processo de elaboração de uma pesquisa ao se tratar dos fios de memória individual e do espaço da memória coletiva.

Contudo, estabelecer novos sentidos e atribuir novos significados demanda tempo e disputa. Para Patrícia Hill Collins (2019), conceitos e categorias se relacionam diretamente com universalidade, poder, identidade e diferença e a experiência vivida pelo indivíduo se articula diretamente como um padrão de significado, experiência que também é destacada para o processo de desnaturalização do mundo. Então se a vivência opera como condição, ela também está ligada à origem, à um espaço social específico que qualifica o sujeito e os grupos no processo de criação de conceitos e atribuição de significados, processos que considero intimamente ligados ao da produção da memória coletiva, em especial quando se trata do espaço acadêmico e de figuras que pertencem à ele, como é o caso de Bicudo.

De certo modo, o processo de disputa de pertencimento colocado por Collins por meio da experiência é um processo que inclui a memória, mas também a tradição

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

vinculada à ela. Hobsbawm (1997 [1983] p.301) coloca o processo de escolarização na Europa do início do século XX como uma forma de contrastar indivíduos e criar normas morais de comportamentos e valores. Ainda, o autor propõe que além das comparações e manutenção de uma tradição de intelectualidade, considerando que durante o século XIX a parte massiva de alunos eram filhos de classes sociais altas, o nível educação também passou a determinar a qual classe social pertencia. Dessa forma, o autor defende que a educação superior acabou assumindo o papel de “passaporte para a alta classe média e outras elites”.

Embora seja uma análise da Europa, a ideia de educação como passaporte para classes sociais mais altas ou até mesmo de maior reconhecimento perante a sociedade também são aplicadas na sociedade brasileira do início do século XX, porém funcionava apenas para a população branca e masculina, reforçando a tradição e manutenção da memória patriarcal brasileira, como a figura do “doutor”, muitas vezes configurada na forma de um senhor mais velho com muito dinheiro e com forte poder de influência. Destarte, Paul Gilroy (2012, p. 354) coloca que a ideia e o discurso da tradição para a população negra no mundo moderno ocidental devem acontecer a despeito da escravidão e não mais a partir dela, ao mesmo tempo que a identidade racial pautada na memória se localiza em uma construção histórica e social específicas.

A ideia de tradição e memória localizadas fica clara a partir do seguinte trecho de uma entrevista de um dentista concedida a Virgínia Leone Bicudo para sua dissertação defendida em 1945:

“Certa vez, um enfermeiro, durante todo o seu tratamento, manifestava desconfiança em minha especialidade profissional; percebia pelas perguntas que fazia sobre o tratamento. Dei-lhe todas as explicações, inclusive sobre anatomia, e o despedi. De outra vez, eu fechava o gabinete dentário. Eram 11 horas da noite, quando chega uma senhora de automóvel. Ela entra e me pergunta se eu era capaz de lhe aliviar a dor. Examinei o dente, faço o diagnóstico — extração. Cobro-lhe Cr\$100,00, porque perguntou se eu era capaz. Ela recorreu a mim, porque naquela hora não encontrava outro dentista.” (BICUDO, 2010 [1945], p.91)

O trecho diz muito a respeito de quem é autorizado a ocupar espaços intelectuais no Brasil e, automaticamente, responsável por criar, escrever e perpetuar uma memória acadêmica que perpassa as figuras dos cânones de cada área de estudo. Com as Ciências Sociais não foi diferente, em especial com as intelectuais mulheres, espaço marcado por disputas e assimetrias acadêmicas de raça e gênero. Ao serem vistas

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

com potencial para funções que demandam cuidado, durante muito tempo mulheres foram colocadas na academia no papel de assistentes e auxiliares, em uma posição subalternizada em relação à masculina, reproduzindo o mundo patriarcal nas relações profissionais.

A figura de Virgínia Leone Bicudo representa assim a figura da intelectual fora das tradições acadêmicas impostas e blindadas por homens brancos detentores de poder acadêmico e político e que ao mesmo tempo afronta e confronta esse lugar e a memória produzida, que ficam desconfortáveis para aqueles que seguem a herança moral. Por mais inovadoras que fossem suas ideias, pesquisas e trabalhos, Bicudo passa pelo que Collins (2019, p.404) chama de “processos eurocêntricos de validação do conhecimento”. Por serem espaços chefiados por homens brancos e de elite, locais de trabalho relacionados a produção de ideia possuem o processo de validação que, assim como a memória produzida por eles, reflete os interesses dos mesmos. Mesmo que sejam espaços de composição heterogênea e de não concordância com práticas eurocêntricas, as relações de manutenção de poder sempre serão reforçadas de alguma maneira. A autora ainda coloca que os grupos acadêmicos que se distanciam de ideias ligadas ao senso comum em relação a mulheres negras normalmente são desacreditados por não seguirem a tradição e disputarem uma memória tradicional acadêmica.

Dessa forma, a memória que se constrói em torno de um campo do conhecimento reflete não somente seus fundadores, mas também um sistema que é responsável por creditar o que deve ou não ser considerado, o que representa uma afronta muitas vezes de cunho moral em oposição a representação de espaços menos desiguais, afinal, na balança do poder quem vence é o mais forte e não o mais representativo.

Talvez o que se coloque em disputa é o ato de situar um debate intelectual, não somente categorizando experiências e sujeitos, mas ir além da armadilha proposta, com a ressalva de que situar não é sinônimo de restrição, mas sim de levar para o amplo. O primeiro passo seria então constituir um significado, um novo espaço, um campo de disputa que necessariamente é político e que possui limites muito bem delimitados por estruturas de poder colocadas historicamente por grupos hegemônicos, mas não homogêneos (FRASER, 2018, p. 97).

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A memória se alia então à historicidade e ao contexto como ferramenta para se constituir assim num tempo do reconhecimento da diferença, do reconhecimento do fora que está dentro, conforme colocado por Hill Collins (2016), daquele que pertence aos grupos periféricos e marginalizados, mas que ao mesmo tempo transita pelo grupo do centro, mas que é objeto de construção coletiva e de instrumento de poder, conforme muito bem demonstrada por Virgínia Bicudo a partir da coleta de depoimentos da sessão intitulada “Casos de pretos das classes sociais intermediárias” em sua pesquisa:

“Possuo amigos íntimos brancos, com os quais fui criado na infância. Somos íntimos até hoje; são pessoas que se hospedam em minha casa, assim como eu e minha família em casa deles. Vejo nestas amizades a gratidão por minha mãe ter criado pessoas da família deles. Quando criança, eu e eles sempre éramos tratados igualmente. Mas o vigário me advertia sempre: “Lembre-se que você não é igual a eles.” Eu, porém, não compreendia o sentido daquelas palavras. Somente muito mais tarde as entendi. Mesmo estes amigos íntimos demonstram preconceito em certas ocasiões. Estávamos em Santos e terminávamos o jantar, quando alguém sugeriu irmos ao cassino. Para lá nos encaminhamos, e um deles fala ao ouvido do outro. Pela resposta — “Não, ele é branco” —, compreendi o que se passava e disse: “Não vou ao cassino com vocês; poderia ir, porque eu entraria, pois o gerente é amigo meu, mas não quero ir.” Insistiram para que eu fosse, mas eu não teria prazer em estar lá. Isto significa que um amigo íntimo, branco, de infância, teve receio de entrar no cassino em minha companhia.” (BICUDO, 2010 [1945], p.74-75)

O trecho explicita não somente a questão sobre como a memória coletiva da escravidão perpetua nos indivíduos e está enrustada no próprio Pensamento Social conforme colocado por Bicudo já na década de 1940, memória que pertence à própria pensadora, que faz parte do mundo fora do ambiente acadêmico mas está dentro, mesmo sendo mulher e negra, mas aqui também coloca como a memória é importante ao ler o tempo e entender a negociação que está implícita dentro das relações sociais, como diferença e desigualdade como categorias analíticas se implicam, além da utopia da emancipação ser totalizadora conforme proposto por Scott (2005).

Em uma chave de articulação e analítica de memória e esquecimento, entre o pertencer e o não pertencer, Bicudo cai no esquecimento mesmo que tenha sucesso até um momento de trajetória, mesmo que tenha reconhecimento de alguma forma. O jogo social ao qual ela pertence não se mostra apenas como o de pertencer e construir sua memória pessoal, mas também de fazer parte de uma memória social coletiva em um espaço acadêmico de disputa e de construção, de nova atribuição de significados e, por muitas vezes, violento. Virgínia rompe e coloca o passado no passado e o presente no

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

presente na relação de memória, mesmo que para isso deixe a sensação do passado de esquecimento que nunca passa.

## Bibliografia

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo: ensaio sociológico as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo. [S.l: s.n.], 1955.

BICUDO, Virgínia Leone. *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*. Edição organizada por Marcos Chor Maio. São Paulo: Ed. da ELSP, 2010.

\_\_\_\_\_. Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo. *Sociologia*, São Paulo, IX, n. 3, p. 195-219, 1947.

\_\_\_\_\_. “Já fui chamada de charlatã”. Folha de São Paulo. São Paulo, 5. jun. 1994, p. 6. Depoimento a Cláudio João Tognolli.

BENHABIB, Seyla; BUTLER, Judith; CORNELL, Drucilla; FRASER, Nancy. *Debates feministas: um intercâmbio filosófico*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, [S.L.], v. 31, n. 1, p. 99-127, abr. 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 12 ago. 2021.

\_\_\_\_\_, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro*. São Paulo: Boitempo, 2019.

GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Tradução de Cid Knipel Moreira. 2. ed. São Paulo, SP: Editora 34; 2012.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”. Prefácio de Antonio S. A. Guimarães. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008 [1964], v. 1.

GOMES, Janaina Damasceno. *Os Segredos de Virgínia: Estudo de Atitudes Raciais em São Paulo (1945-1955)*. 166 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

HALBWACHS, Maurice. *Los marcos sociales de la memoria*. Caracas: Universidad de Venezuela, 2004. [1925] .

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

HISTÓRIA das Ciências Sociais no Brasil. Coautoria de Sergio Miceli. São Paulo, SP: Editora Sumaré: FAPESP, 1995- . nv. (Ciencias sociais no Brasil, v.2).

HOBBSAWM, Eric e Ranger, Terence (orgs.). *A Invenção das Tradições*. São Paulo: Paz & Terra, 1997 [1983].

KANTOR, Iris; MACIEL, Débora A.; SIMÕES, Julio Assis. *A escola livre de sociologia e política: anos de formação 1933-1953-Depoimentos*. 2001.

OLIVEIRA, Isabela; DAMASCENO, Janaína. "Constituindo um campo": estudos de comunidade e o desenvolvimento das ciências sociais no Brasil (1940-1960). *Cadernos de Campo* (São Paulo 1991), v. 18, n. 18, p. 253-256, 2009.

POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.02, n. 03, 1989, pp. 03-15.

SCOTT, Joan W.. O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas*, [S.L.], v. 13, n. 1, p. 11-30, abr. 2005. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2005000100002>. Acesso em: 12/08/2021.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. Reabilitando Virgínia Leone Bicudo. *Sociedade e Estado*, v. 26, n. 2, 2011, pp. 435-445.